

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 9266 | Salvador, segunda-feira, 02.03.2026

Presidente em exercício Elder Perez



SAÚDE MENTAL

Trabalhador no limite

No último ano, o Brasil atingiu um novo recorde de afastamentos do trabalho por questões de saúde mental. Foram mais de 4 milhões de licenças, segundo dados do Ministério da Previdência Social.

Ansiedade e depressão são as principais causas. Mudar o cenário é urgente e isso passa pela redução da jornada de trabalho e mudanças estruturais nas gestões das empresas. Página 3

**Reestruturação
do BB vai a
debate na Câmara**

Página 2

**O agro por trás da
escravidão e do
desmatamento**

Página 4



Na Câmara Federal, mudanças na carreira

Reestruturação preocupa sindicatos. Hoje ocorre audiência no Congresso

ANA BEATRIZ
imprensa@bancariosbahia.org.br

O ATUAL processo de reestruturação do Banco do Brasil, sobretudo os impactos dos chamados “movimentos estruturantes”, preocupa o movimento sindical. O assunto será tratado em audiência pública na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, hoje, às 10h, no plenário 12.

O debate, que muito interessa os sindicatos, acontece a pedido da deputada Erika Kokay (PT-DF). Daí a importância de eleger parlamentares que defendem os interesses dos trabalhadores. O Sindicato dos Bancários da Bahia, inclusive, já procurou a representação do BB, em âmbito regional, para entender as mudanças.

Entre as preocupações das entidades, o aumento indevido da jornada de trabalho, a reclassificação de funções técnicas sem a correspondente fidúcia especial e os descomissionamentos que, além da queda na remuneração, podem provocar instabilidade, insegurança e adoecimento.



Sindicatos cobram PLR da Caixa

A CAIXA precisa parar de enrolar e pagar a PLR (Participação nos Lucros e Resultados). O movimento sindical reivindica que a liberação seja feita no mesmo dia da divulgação do resultado de 2025, prevista para 4 de março.

Os números desmontam qualquer argumento contra o adiantamento. Foram R\$ R\$ 9,78 bilhões de lucro no primeiro semestre do ano passado, e cerca de R\$ 13,5 bilhões acumulados nos nove primeiros meses de 2025.

O desempenho celebrado ao mercado é fruto do trabalho intenso nas agências e departamentos, mesmo sob sobrecarga, déficit de pessoal e metas cada vez mais agressivas. O pagamento imediato da PLR é medida de justiça com quem sustenta a instituição pública diariamente.

A Caixa não pode reproduzir práticas de bancos privados que priorizam investidores enquanto postergam direitos. Valorizar os empregados é reafirmar o papel social do banco e respeitar a força de trabalho que constrói os resultados.

Eleições da Cassi. O futuro em jogo

A SAÚDE dos funcionários do Banco do Brasil está no centro da disputa política que define o futuro da Cassi. A tentativa de submeter a Caixa de Assistência à lógica do mercado e da contenção de custos produz consequências concretas: redução da rede credenciada, aumento da coparticipação, dificuldades de reembolso e demora na autorização de exames e procedimentos.

Crescem as queixas sobre falta de especialistas e entraves na liberação de cirurgias e tratamen-

tos, inclusive em casos oncológicos e de TEA, evidenciando um modelo que transfere a conta para quem construiu e sustenta o plano. A situação precisa mudar e este é um dos lemas das chapas 2 e 55 nas eleições para a Diretoria e conselhos Deliberativo e Fiscal da Cassi.

Entre as defesas está a retoma-

da do caráter solidário e coletivo da Caixa de Assistência. A proposta aponta para uma gestão

transparente, sustentável e centrada nos participantes, com fortalecimento do modelo assistencial, ampliação da APS (Atenção Primária à Saúde) e da ESF (Estratégia Saúde da Família), qualificação da rede credenciada e rigor na aplicação dos recursos.

Por tudo isso, o Sindicato reafirma apoio às chapas 2 e 55. A votação acontece entre os dias 13 e 23 de março, por meio eletrônico hotsites.cassi.com.br/eleicoes2026/index.html. A participação é fundamental.



Assédio estrutural adoece e afasta

Gestão baseada em números provoca milhões de licenças

ITANA OLIVEIRA
imprensa@bancariosbahia.org.br



A CRISE no ambiente profissional se tornou epidemia diante do crescimento exponencial dos afastamentos por questões de saúde mental. Em 2025, o Brasil voltou a registrar recorde de licenças ligadas a fatores psicológicos, em média de 4 milhões. Alta de 15% ante 2024, aponta o Ministério da

Previdência Social.

Ansiedade e depressão concentram a maior parte dos casos, com 166.489 e 126.608 afastamentos, respectivamente. Somadas, as duas condições formam o segundo maior motivo de licenças no Brasil, atrás apenas das doenças da coluna.

As mulheres são as mais atingidas e representam mais de 60% dos afastamentos por saúde mental, enquanto os homens somam pouco mais de 30%. A desigualdade dialoga com a realidade do mercado de trabalho. Mulheres recebem menos do que homens em 82% das áreas, se-

gundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), além de acumularem responsabilidades de cuidado e estarem mais expostas à violência.

Especialistas alertam que, sem mudanças nas condições de trabalho, como enfrentamento às jornadas extensas, vínculos precários e instabilidade, a tendência é de manutenção ou avanço dos casos.

Além do impacto na qualidade de vida do trabalhador, o problema também afeta o INSS, que utilizou aproximadamente R\$ 3,5 bilhões dos cofres públicos para lidar com a questão.



SUS amplia capacidade de atendimento psiquiátrico nas Unidades Básicas

A empresa adoece. O Estado trata

APESAR do aumento exponencial de casos de ansiedade e depressão ter forte ligação com o trabalho, quem acaba pagamento preço é o Estado. Por conta do aumento da demanda por atendimento em saúde mental, o SUS (Sistema Único de Saúde) tem apostado no treinamento de profissionais da atenção básica para atender e acompanhar casos leves e moderados de doenças de cunho psíquico.

O objetivo não é substituir especialistas, mas ampliar a ca-

pacidade de cuidado nas UBs (Unidades Básicas de Saúde). Com formação, protocolo e supervisão adequadas, os profissionais vão poder fazer o acolhimento qualificado e intervenções capazes de evitar o agravamento do quadro e reduzir a pressão sobre ambulatórios e Caps (Centros de Atenção Psicossocial).

O programa é coordenado pela ImpulsoGov, organização sem fins lucrativos, em parceria com governos, capacita os profissionais do SUS.

Ser empreendedor no Brasil custa a saúde

SER dono do próprio negócio no Brasil só é sinônimo de tranquilidade para os grandes empresários. Os empreendedores que lutam pela autonomia trabalhista enfrentam desafios exaustivos na tentativa de emplacar o próprio negócio e a saúde mental é o ponto de alerta que avisa sobre o limite do corpo. Segundo pesquisa da Endeavor, organização de apoio ao empreendedorismo, 94,1% dos fundadores de alto impacto, ou seja, aqueles cujo empreendimento tem potencial de transformar setores inteiros e gerar efeitos multiplicadores na economia e na sociedade, já enfrentaram algum tipo de condição adversa de saúde mental.

O problema mais recorrente é a ansiedade, relatado por 85% dos entrevistados, que é a antecipação de riscos, muitas vezes inexistentes, que levam ao estado de constante medo e alerta, além de apresentar consequências físicas, como problemas gastrointestinais, tremores, taquicardia, entre outros. Em seguida, 37% relatam sintomas de burnout, que se apresenta em forma de exaustão extrema e es-

trese. Ataques de pânico atingem 22% e depressão 21%.

Os dados mostram que a realidade de quem tenta manter o próprio negócio está longe da imagem de sucesso fácil. A rotina é pesada, a cobrança é constante e o medo de não dar conta acompanha muitos empreendedores todos os dias. É um sinal claro de que trabalhar por conta própria, no Brasil, também cobra um preço alto da saúde.



Empreendedor, saúde comprometida

Lucro sujo

O trabalho escravo e destruição do ambiente estão na conta do agro

CAIO RIBEIRO
imprensa@bancariosbahia.org.br

NOVO levantamento feito pela CTP (Comissão da Pastoral da Terra) mostra que 57% dos casos análogo à escravidão no Brasil estão ligados a atividades que destroem o meio ambiente, como pecuária extensiva, mineração, carvoarias e monoculturas que abatem florestas e expulsam povos tradicionais dos territórios.

Os dados apontam que, nos últimos 30 anos, mais de 67 mil trabalhadores foram resgatados de condições degradantes. Trabalhadores resgatados relataram viver em locais insalubres, sem

acesso à água potável, sem equipamentos de proteção e sob ameaças constantes, inclusive em áreas usadas para abrir pastagens ou explorar recursos naturais.

Essa convergência entre exploração humana e destruição ambiental não é coincidência. Empreendimentos que promovem o desmatamento ilegal funcionam como zonas de impunidade, nas quais os direitos trabalhistas são rasgados em nome do lucro.

Enquanto terras são devastadas e comunidades tradicionais, como indígenas, ribeirinhos e populações do campo têm modos de vida destruídos, trabalhadores são empurrados de formas extremas de exploração. O modelo predatório demonstra que a crise social e ambiental são duas faces da mesma lógica de saque.



Mais de 67 mil pessoas foram resgatadas. A maioria em fazendas do agro



SAQUE

Rogaciano Medeiros

VALE TUDO A confirmação de que, desde janeiro, bem antes do pedido aprovado na CPMI do INSS, o ministro André Mendonça, do STF, já havia autorizado a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telemático de Fábio Luís Silva, filho de Lula, é mais uma prova de que a direitona vai recorrer a todos os meios, inclusive escusos, para tentar interromper o projeto de democracia social.

PORTO SEGURO Após fraquejar em dois golpes da direitona, o impeachment de Dilma sem crime de responsabilidade (2016) e a prisão sem provas de Lula (2018), o STF se regenerou e tem sido, como manda a Constituição, o porto seguro da democracia e da República no Brasil. Suprema resistência. Por isto os bolsonaristas o atacam tanto e criam intrigas para dividir os ministros.

FALTA MOBILIZAÇÃO Com a escalada do fascínio em nível global, a democracia corre risco em todo mundo. No Brasil, a legalidade, a vida democrática, pautada na lei, é sustentada basicamente no plano institucional, no caso o STF. Infelizmente, por motivos diversos, a mobilização popular se mantém incipiente. O povo na rua é importante para fazer a luta política e respaldar o Supremo.

GRANDE DIFERENÇA Em 2022, quando o fascínio de Bolsonaro perdeu nas urnas para a democracia social de Lula, o presidente do TSE era Alexandre de Moraes, que impediu tramóias da direitona, e do STF Rosa Weber. Na eleição deste ano, decisiva para a ordem democrática, a Justiça eleitoral será presidida pelo bolsonarista Nunes Marques e o Supremo pelo lavajatista Edson Fachin.

MAIORES COLÉGIOS Alviessareiras, as notícias de que Lula teria convencido o ministro Fernando Haddad (Fazenda), a disputar o governo paulista, com Simone Tebet e Marina Silva candidatas ao Senado, e também o senador Rodrigo Pacheco a concorrer ao Executivo mineiro. Embaraços para Tarcísio em São Paulo e Zema em Minas, justamente os dois maiores colégios eleitorais do país.

Contra o feminicídio, ligue 180. O número é 24h

O LIGUE 180 agora é integrado ao Pacto Nacional Brasil contra o Feminicídio. A medida reforça o papel do serviço no combate à violência letal contra mulheres. Criado há mais de 20 anos, o canal gratuito funciona 24 horas para orientação, acolhimento e registro de denúncias. A central é, na prática, porta de entrada para a rede de proteção, encaminhando casos aos órgãos competentes e contribuindo para a concessão de medidas protetivas.

Com a integração ao pacto, o serviço passa a ter atuação ainda mais estratégica na prevenção do feminicídio, fortalecendo a articulação entre União, estados e municípios. A medida reconhece que o enfrentamento à violência de gênero exige resposta rápida, coordenação institucional e políticas públicas permanentes.

